

## TRANSPORTE PÚBLICO

# Entidade defende passagem a R\$ 7,25 em Santa Maria

**Maria Vitória Marca**

mariav@jcrs.com.br

No período um período de 20 meses, a passagem do transporte público de Santa Maria passou por mudanças que a colocaram como uma das mais caras do Estado. As alterações iniciaram em julho de 2024, quando a tarifa técnica - aquela que não desconta possíveis subsídios da prefeitura e representa o valor integral que seria cobrado do usuário - mudou para R\$ 6,85 - e valor ao passageiro de R\$ 5,00. Em março deste ano, o valor sofreu o reajuste mais recente, que a definiu a passagem de ônibus em Santa Maria a R\$7,25 no dinheiro e R\$ 6,65 no Cartão Cidadão.

O aumento tem gerado reclamações por parte da população municipal, com manifestações contrárias de estudantes e a tentativa de suspender o reajuste por meio de um decreto proposto pela vereadora Alice Carvalho (PSOL). O histórico de mudanças no valor da passagem demonstra uma crise no transporte público da cidade, que, desde o fim da pandemia, teve uma redução de 35% no número de usuários, segundo a Associação dos Transportadores Urbanos (ATU).

O diretor da associação, Edmilson Gabardo, defende o ajuste do valor, uma vez que a falta de subsídios da prefeitura desde o início de 2025 tem gerado prejuízo às empresas que



JOÃO VILNEI/DIVULGAÇÃO/CIDADES

Em um período de 20 meses, tarifa subiu mais de R\$ 2 para o passageiro; empresas alegam que operam de forma deficitária

operam o transporte coletivo de Santa Maria. Ele ainda argumenta que o aumento da tarifa foi uma ação emergencial para que o serviço não parasse pois, na avaliação das empresas, o antigo valor não cobria os custos de manutenção, combustível e de funcionários.

O diretor também afirma que o cálculo foi feito no final de 2025, sem considerar questões atuais como o aumento no preço do combustível ocorrido por conta da guerra no Oriente

Médio. Para ele, um novo reajuste deveria ser considerado por conta dessas questões.

De acordo com a associação, em torno de 11% dos usuários pagam o valor mais alto da passagem, R\$ 7,25. Grande parte dos usuários do transporte pagam R\$ 6,65, seja pelo cartão cidadão ou pelo vale transporte. Além disso, 25% têm tarifa gratuita, e outros 25% têm passagem de estudantes, hoje no valor de R\$ 3,82. Todas as modalidades também têm desconto

na integração, isto é, quando são usadas duas passagens em menos de 30 minutos.

A ATU afirma que a prefeitura, ao não pagar a diferença entre a tarifa técnica e a pública, tem acumulado uma dívida com as empresas de transporte coletivo. Como o valor da passagem é definido pela prefeitura, determinando tanto a tarifa técnica quanto a pública, a diferença entre elas deve ser paga pelo município, argumenta Gabardo. Dessa forma, a cada passagem comprada pelo menos R\$ 0,40 são adicionados à dívida, que hoje está em R\$18 milhões, se-

gundo cálculos da entidade.

Outro tema que tem gerado desconforto na cidade é a licitação do transporte público de Santa Maria. Em agosto do ano passado, o edital foi suspenso devido a um pedido de impugnação feito pelas empresas de ônibus da cidade. Foram apontados erros no contrato apresentado, tanto pela ATU quanto pelo Conselho Municipal de Transportes e Sindicato dos Trabalhadores Rodoviários. Segundo o diretor da associação, foram identificados equívocos no cálculo tarifário, na estimativa da quantidade de passageiros, na definição dos tipos de veículos a serem utilizados e nos salários dos funcionários. A previsão é que até dia 23 de junho deste ano uma nova licitação seja apresentada, que não deve contar com a participação da ATU no processo, explica Gabardo.

Para o diretor, a crise que cerca o transporte coletivo em Santa Maria poderia ser evitada caso ele fosse tratado como um serviço essencial e um direito social. Assim, uma possível redução da tarifa depende de um orçamento de subsídios por parte do município. Segundo ele, com um investimento mensal de R\$ 6 milhões da prefeitura a tarifa poderia chegar aos R\$3,00, além de ser um valor suficiente para que as empresas mantivessem uma frota mais moderna de ônibus, equipados, por exemplo, com ar-condicionado.

## Prefeitura não decidiu se irá aplicar subsídio no valor da tarifa

Com previsão de publicação para junho, o edital sobre a concessão do transporte público municipal em Santa Maria vai exigir a ampliação na frota de ônibus, sistema de GPS, além de aceitar formas de pagamentos mais amplas, como o PIX. Segundo a prefeitura, ainda está sendo estudada a possibilidade de subsídio e, caso ele aconteça, em qual valor. A possibilidade de um reajuste retoma a discussão sobre o orçamento do município para o transporte coletivo, operação da concessão atual sem subsídio municipal e o cálculo da tarifa.

De acordo com Silvio Souza,

superintendente de transportes da secretaria de Serviços Públicos de Santa Maria, a prefeitura ainda estuda a possibilidade de subsídio no valor da passagem, o que deve ser decidido até a publicação do edital. Segundo cálculos da Associação de Transportadores Urbanos (ATU), a tarifa técnica pode ultrapassar os R\$ 12,00 caso não haja contribuição do município.

De acordo com o superintendente, a base para o cálculo da tarifa é a divisão entre as despesas do sistema pelo número de passageiros. Além disso, explica que cerca de 70% das despesas da concessionária são

de combustível.

Souza também argumenta que o preço anunciado em março já está defasado. De forma que, levando em consideração o aumento do diesel e a falta de subsídio do município, as empresas que operam o transporte público municipal estão em prejuízo.

Ele justifica a decisão atual da prefeitura em não custear parte da tarifa pela dificuldade de arcar financeiramente com um investimento do porte necessário. A previsão para início da operação do transporte conforme as exigências do edital é para o fim de 2026, explica Souza.



PREFEITURA DE SANTA MARIA/DIVULGAÇÃO/CIDADES

Concessão do transporte público deve ter novo edital publicado no mês de junho